



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SERGIPE

Página:1 de 1

PORTARIA Nº 26/2023,
DE 19 DE MAIO DE 2023.

NOMEIA JOSÉ WELLINGTON CORRÊA LEITE,
CPF XXX.022.455-XX, DIRETOR DE CÂMARA,
SÍMBOLO CCE 13.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no art. 17, VI e VII da Lei 6.661/2009 e no art. 17, VI e VII do Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº 30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

NOMEAR:

Em comissão, **JOSÉ WELLINGTON CORRÊA LEITE**, CPF/MF nº **XXX.022.455-XX**, para exercer o Cargo de **DIRETOR DE CÂMARA** da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe, Símbolo **CCE 13**, a partir de 19 de maio de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 19 de maio de 2023.



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA
Diretor(a) Presidente

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: TNIK-CIZE-6U5D-CP9B



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/05/2023 é(são) :

- LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA - 19/05/2023 10:55:46

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGRESE

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO
ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 25/2023,
DE 18 DE MAIO DE 2023.

EXONERA JOSÉ WELLINGTON
CORRÊA LEITE, CPF XXX.022.455-XX,
DIRETOR DE SUBCÂMARA, SÍMBOLO
CCE 09.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE,
no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas
no art. 17, VI e VII da Lei 6.861/2009 e no art. 17, VI e VII do
Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho
Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº
30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

EXONERAR:

JOSÉ WELLINGTON CORRÊA LEITE, CPF/MF nº
XXX.022.455-XX, do Cargo de DIRETOR DE SUBCÂMARA
da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de
Sergipe, Símbolo CCE 09, a partir de 18 de maio de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 18 de maio de 2023.

Luiz Hamilton Santana de Oliveira
Diretor-Presidente

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO
ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 26/2023,
DE 19 DE MAIO DE 2023.

NOMEIA JOSÉ WELLINGTON
CORRÊA LEITE, CPF XXX.022.455-XX,
DIRETOR DE CÂMARA, SÍMBOLO
CCE 13.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE,
no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas
no art. 17, VI e VII da Lei 6.861/2009 e no art. 17, VI e VII do
Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho
Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº
30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

NOMEAR:

Em comissão, JOSÉ WELLINGTON CORRÊA LEITE,
CPF/MF nº XXX.022.455-XX, para exercer o Cargo de DIRETOR
DE CÂMARA da Agência Reguladora de Serviços Públicos
do Estado de Sergipe, Símbolo CCE 13, a partir de 19 de maio
de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 19 de maio de 2023.

Luiz Hamilton Santana de Oliveira
Diretor-Presidente

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO
ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 27/2023,
DE 19 DE MAIO DE 2023.

NOMEIA CARLA RAFAELI COSTA
PINHEIRO, CPF XXX.700.065-XX,
DIRETOR(A) DE SUBCÂMARA,
SÍMBOLO CCE 09, EM
SUBSTITUIÇÃO.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE,
no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas
no art. 17, VI e VII da Lei 6.861/2009 e no art. 17, VI e VII do
Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho
Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº
30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

NOMEAR:

Em comissão, CARLA RAFAELI COSTA PINHEIRO,
CPF/MF nº XXX.700.065-XX, para exercer o Cargo de
DIRETOR(A) DE SUBCÂMARA da Agência Reguladora de
Serviços Públicos do Estado de Sergipe, Símbolo CCE 09, a
partir de 22 de maio de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 19 de maio de 2023.

Luiz Hamilton Santana de Oliveira
Diretor-Presidente

Cohidro

Ata de Reunião da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de
Desenvolvimento Regional de Sergipe - CODERSE, realizada
aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.
Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte
três, às nove horas, reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da
Companhia de Desenvolvimento Regional de Sergipe - CODERSE,
na sua Sede Social, Rua Marinheiro Antônio
Brandão, nº 103, Bairro Paraíso - Aracaju/Sergipe, reuniram-se
os acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital
Social com direito a voto, a fim de deliberarem sobre os assuntos
inseridos na respectiva "Ordem do Dia", constante do edital de
convocação publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe,
nas edições dos dias 17, 18 e 19 de abril de 2023 e no Jornal do
Dia, dia 17 de abril de 2023, para deliberar sobre a seguinte
pauta: Assembleia Geral Ordinária. a) Tomar as contas dos
Administradores, examinar discutir e votar as demonstrações
financeiras da Companhia, nos termos do Art. 132, inciso I da
Lei Federal nº 6.404/76. Havendo número legal e, estando o
Estado de Sergipe, neste ato representado pelo acionista
Majoritário Excelentíssimo Senhor Vladimir de Oliveira Macêdo,
brasileiro, casado, procurador do Estado de Sergipe; portador
da Cédula de Identidade nº 899.271 SSP/SE e do CPF/MF nº
XXX.865.XXX-34, que foi o adorado para presidir os trabalhos
convitando a mim Eva Ladislau Freire Lessa para secretária-
lo, ficando, assim, formada a mesa, passando-se ao item a) O
representante do Acionista majoritário passou a palavra ao
Técnico em Contabilidade senhor Nilo Sérgio Barreto - CRC SE
2.524, para explicar toda parte contábil, sendo lido o Relatório
dos Auditores Independentes sobre as demonstrações Contábeis
encerradas em 31.12.2022, da antiga COHIDRO, ora CODERSE.
RELATÓRIO DO ACCOUNT- AUDITORES INDEPENDENTES
S/S, sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em
31.12.2022, que relata o seguinte: Opinião adversa- Examinamos
as demonstrações contábeis consolidadas da COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E
IRRIGAÇÃO DE SERGIPE - COHIDRO, que compreendem o
balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e
31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do
resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de
caixa para o exercício findo nessa data, bem como as
correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das
principais políticas contábeis. Em nossa opinião, devido à
importância do assunto discutido no parágrafo a seguir intitulado
"Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis
consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente,
em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e
financeira consolidada da COHIDRO em 31 de dezembro de
2022 e 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas
operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa
data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião adversa - Fomos nomeados auditores da
COHIDRO após 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não
acompanhamos a contagem física dos estoques no final do
exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos
quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2022
que estão registradas no balanço patrimonial por R\$
2.257.869,76. Adicionalmente, no balanço patrimonial, na
rubrica Outros Débitos a Pagar da Companhia parte do saldo
registrado em 2020 no valor de R\$ 27.907.111,03, relativo à
Energisa, foi transferido em agosto/2021 para a conta GOV.
ESTADO/SEFAZ/ENERGISA no valor de R\$ 19.347.665,23 e
sem movimento em 2022, o que representa 55,34% da rubrica e
mais de 60,11% do passivo em 31 de dezembro de 2022. Na
auditoria de 2020 tivemos acesso ao Ofício nº 27/2021
encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ em
29 de janeiro de 2021 informando que os pagamentos foram
efetuados pelo acordo constante na Lei Nº 8.502/2018 (revogada
em 18/03/2021) e pedindo informação sobre como proceder
com o débito registrado na contabilidade. De acordo com o art.
1º, § 2º a compensação deve ser efetuada mediante protocolo,
pelo sujeito passivo, de requerimento perante a Secretaria de
Estado da Fazenda - SEFAZ, acompanhado de declaração na
qual devem constar informações relativas aos créditos utilizados
e aos respectivos débitos compensados. Não tivemos acesso a
esses protocolos. Já a conta GOVERNO DO ESTADO DE
SERGIPE que se refere a repasse da folha de pagamento possui
saldo a pagar de R\$ 14.426.932,05 o que representa 41,27% da
rubrica. O saldo em aberto se refere ao seguinte: 08/2021 a
pagar R\$ 780.432,20; 07/2021 a pagar R\$ 3.553.635,84;
08/2021 a pagar R\$ 5.465.206,94; 09/2021 repasse (R\$
887.000,00); 11/2021 a pagar R\$ 3.985,00; 11/2021 transferido
(R\$ 16.773,21) de Tesouro do Estado - Ativo; 12/2021 a pagar
R\$ 3.669.430,20; 02/2021 recuperações R\$ 5.346,30; 03/2022
transferido (R\$ 14.780,56); 03/2022 apropriação da receita R\$
2.500.000,00; 05/2022 repasse (R\$ 1.050.000,00); 06/2022

repasse R\$ 100.000,00; 07/2022 repasse (R\$ 500.000,00);
09/2022 baixa de governo (R\$ 550.000,00) e 12/2022 repasse
R\$ 1.367.449,54. Até a conclusão da auditoria não recebemos
nenhuma confirmação da veracidade desses saldos, ficando
impossibilitados de concluir sobre tais valores. Bem como não
há controle dos bens do ativo imobilizado e a depreciação está
calculada com base em saldos contábeis. A Companhia não
realizou testes de recuperabilidade de seus ativos conforme
NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos,
sendo assim não foi possível aplicar as evidências de auditoria
da NBC TA 500. Não efetuou a Provisão para Contingências
Judiciais para atender o CPC 25 - Provisões, Passivos
Contingentes e Ativos Contingentes, objetivando provisionar
valores para a cobertura de litígios, a exemplo dos existentes em
OBRIGAÇÕES COM PROCESSOS JUDICIAIS. Foram
efetuados ajustes registrados na contabilidade como estorno, a
débito: no fornecedor N.C. VIGILÂNCIA LTDA no valor de R\$
34.514,80, em INSS DE TERCEIROS no valor de R\$ 4.845,70;
em I.R. RETIDO NA FONTE A RECOLHER no valor de R\$
440,52, em I.R./CSUCOPIN/PIIS - PASEP no valor de R\$
2.048,41, em ISS/SUBST. TRIBUTARIA RENT. FONTE no valor
de R\$ 2.202,59, em BANESE S/A C/C 500.001-0 no valor de R\$
69.160,77, em JETONS - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO no
valor de R\$ 30.270,02, em JETONS - CONSELHO FISCAL no
valor de R\$ 7.692,30 e ajustes a crédito: em contas a receber
CIA. DE SANEAMENTO DE SERGIPE-DESO no valor de R\$
105.679,19, em CSL RETIDO S/NOTA FISCAL-CONTRIBUIÇÃO
no valor de R\$ 1.169,66, em BANESE C/500.001-0 - BLOQ.
JUDICIAL no valor de R\$ 13.806,02, todos os ajustes foram
feitos em contrapartida com Prejuízos Acumulados e não foram
adicionados ao Lucro Real para cálculo do Imposto de Renda e
da Contribuição Social. Além desses, verificamos a existência
de diversos estornos registrados como RECUPERAÇÕES
DIVERSAS, em conta de receita. Os ajustes não estão sugeridos
nas Atas do Conselho Fiscal e nem autorizados em Ata de
Reunião de Diretoria. Em decorrência desses assuntos, não foi
possível determinar qual o valor correto do imobilizado e qual o
valor realmente devido ao GOV. ESTADO/SEFAZ/ENERGISA e
nem ao GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE, assim como os
demais saldos e seus impactos nas receitas, despesas e nos
elementos componentes das demonstrações das mutações do
patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa
data. Não foi possível determinar se há necessidade de efetuar
ajustes em relação aos estoques registrados ou não. Nossa
auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e
internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em
conformidade com tais normas, estão descritas na seção a
seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das
demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à
companhia de acordo com os princípios éticos relevantes
previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas
normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de
Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades
éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a
evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para
fundamentar nossa opinião adversa. Outras informações que
acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do
auditor: A administração da companhia é responsável por essas
outras informações que compreendem o relatório da
administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis
não abrange o relatório da administração e não expressamos
qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis,
nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e,
ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,
inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso
conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta
estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho
realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no
relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse
fato. Como descrito na seção "Base para opinião adversa"
acima, a companhia não contratou os auditores antes de 31 de
dezembro de 2022; não apresentou certeza do saldo a pagar ao
GOV. ESTADO/SEFAZ/ENERGISA e nem ao GOVERNO DO
ESTADO DE SERGIPE; não realizou teste de recuperabilidade
de ativos; nem efetuou a provisão para contingências judiciais
com o intuito de cobrir litígios e ajustou valores não adicionados
ao Lucro Real. Principais assuntos de auditoria: Além do assunto
descrito na seção "Base para opinião adversa", não existem
outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados
em nosso relatório. Outros Assuntos: Auditoria do Exercício
Anterior - As demonstrações contábeis do exercício encerrado
em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por nós e foi
emitido Parecer Adverso em 20 de abril de 2022; b) Eventos
Subsequentes - Até a data das Representações Formais e
consequentemente, com a emissão do nosso Relatório dos
Auditores com Abstenção de Opinião sobre as demonstrações
contábeis do exercício de 2022, não tivemos conhecimento de
eventos subsequentes. Responsabilidade da administração e da
governança pelas demonstrações contábeis: A administração é
responsável pela elaboração e adequada apresentação das
demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou
como necessários para permitir a elaboração de demonstrações
contábeis livres de distorção relevante, independentemente se
causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações
contábeis, a administração é responsável pela avaliação da
capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,
quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua
continuidade operacional e o uso dessa base contábil na
elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a
administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas
operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para
evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela